

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.282 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2001

Arruda: "Eu passo, os senhores passam, mas o Senado fica e tem de ser preservado"



Arruda admite que recebeu a lista com votos da sessão secreta

Em emocionado depoimento no Plenário, senador confirma que, junto com Antonio Carlos Magalhães, examinou voto por voto da sessão que cassou Luiz Estevão

O senador José Roberto Arruda admitiu ontem que recebeu – e entregou a Antonio Carlos Magalhães, então presidente do Senado – a lista com os votos dos parlamentares na sessão secreta que cassou o mandato de Luiz Estevão. Arruda disse que não solicitou a lista de votação à então diretora do Prodasen Regina Borges, mas que a chamou a seu apartamento para pedir informações sobre a possibilidade de se conhecerem os votos de uma sessão secreta. Arruda chorou, queixou-se de que estava sem dormir, pediu desculpas a seus eleitores, aos senadores e ao país, e ressaltou que seus filhos não têm por que se envergonhar dele.

PÁGINA 3



Domingos Lamoglia (C) revelou ter apanhado com Regina a lista que entregou a Arruda

Assessor de Arruda confessa que entregou a lista ao senador

O assessor legislativo Domingos Lamoglia Sales Dias, que trabalha com o senador José Roberto Arruda, confirmou ontem, em depoimento ao corregedor do Senado, Romeu Tuma, que recebeu o envelope com a lista dos votos da sessão secreta que cassou o mandato de Luiz Estevão.

PÁGINA 4

Conselho de Ética ouve funcionários do Prodasen

PÁGINA 4



Ramez Tebet: Conselho toma hoje depoimentos de cinco envolvidos

CAE



José Agripino é relator, na CAE, da solicitação de financiamento

Comissão analisa empréstimo para ajuste do setor público

Os recursos (US\$ 757,6 milhões), a serem obtidos do Banco Mundial, devem ser utilizados em reformas estruturais nas áreas fiscal, administrativa e financeira do governo federal, segundo mensagem enviada pelo governo federal.

PÁGINA 7

CI

Área de transportes deve ter agências

PÁGINA 7

CE

Prêmio para prefeito pode ser votado hoje

PÁGINA 6



Zico será ouvido sobre o fim da Lei do Passe

PÁGINA 2

Zico fala hoje sobre legislação esportiva

A audiência com o ex-jogador da Seleção Brasileira de Futebol está prevista para as 10h

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol ouve, hoje, o ex-jogador do Flamengo e da Seleção Brasileira Arthur Antunes Coimbra, o Zico. Ele falará sobre mudanças na legislação esportiva, inclusive sobre as conseqüências para clubes e atletas da extinção da Lei do Passe. Zico é defensor do fim da Lei e já havia feito proposta nesse sentido quando ocupou o cargo de ministro dos Esportes de Fernando Collor, em 1992.

A chamada Lei Zico foi também a primeira a permitir a exploração de casas de bingo para o financiamento do desporto. Conforme depoimento dado semana passada à CPI pelos procuradores da República Celso Antônio Três e Raquel Branquinho, o ob-



jetivo da lei vem sendo desvirtuado e a atividade tem sido utilizada para encobrir atos ilícitos.

Amanhã, a CPI do Futebol ouve os empresários Reinaldo Pitta e Juan Figger, que detêm os passes de diversos jogadores de futebol. O uruguaio Juan Figger é acusado de utilizar os clubes uruguayos Rentistas e Central Espanhol para a evasão de divisas. Ele compraria o passe de atletas brasileiros em nome desses clubes e os revenderia na Europa por valores até três vezes maiores.

Reinaldo Pitta, procurador do jogador Ronaldinho, da Inter de Milão, possui o passe ou a representação de mais de 150 jogadores. Os senadores querem investigar a influência dos empresários nas negociações e na administração dos clubes.

Plenário vota a criação de mais de mil vagas no HFA

O Senado deve votar hoje projeto do Executivo criando 1.013 empregos públicos no Hospital das Forças Armadas (HFA). Serão 176 vagas para especialistas em medicina e em odontologia, 110 na área complementar de saúde e 727 para técnicos de saúde de nível médio.

O texto dispõe que o ingresso será mediante concurso público. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Bello Parga (PFL-MA) é favorável à proposta.

Também hoje o Plenário realiza a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que faz iniciar-se no Senado a tramitação dos projetos referentes à estrutura federati-

va. O texto é substitutivo da CCJ à iniciativa do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

O Senado realiza ainda, em primeiro turno, a segunda sessão de discussão da proposta de emenda constitucional de Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição.

Deve ser também realizada a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que obriga a renúncia, até seis meses antes do pleito, dos governadores e prefeitos que desejarem se reeleger.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2001

Presidente

Senador Jader Barbalho

12h – Participa da solenidade de lançamento da Agenda Legislativa da Indústria – 2001. SBN – Edifício Roberto Simonsen

18h – Recebe o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Antonio Carlos Viana Santos

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 19/01, que dispõe sobre a criação de empregos públicos no Hospital das Forças Armadas (HFA); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao art. 64 da Constituição federal, com o seguinte teor: Art. 64, parágrafo 5º: "Terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferiram nas relações federativas"; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos; e segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, modifica o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a obrigação de renunciar seis meses antes do pleito os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos, quando concorrem à reeleição.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 92/01, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 757,5 milhões, de principal, entre o Brasil e o Bird, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público (PSAL); e PLC nº 16/01, altera dispositivos das leis sobre cadastro, tributação e registro imobiliário de imóveis rurais; PLC nº 97/00, acrescenta parágrafo único ao artigo 4º e dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 8º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola, entre outros itens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 1/01, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, entre outros itens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do ex-jogador de futebol Arthur Antunes Coimbra (Zico). *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 9/00, altera o art. 36 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre outros itens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

17h – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: depoimento dos funcionários da Produsen Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur e Hermilo Gomes da Nóbrega; de Domingos Lamoglia de Sales Dias, do Senado; e do ex-funcionário da empresa Kopp Sebastião Gozalla. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

17h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação das matérias remanescentes dos pautas nºs 1 e 2, de 2001. *Anexo Luiz Eduardo Magalhães – Ala "C" da Câmara dos Deputados*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 49/01, aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações da Corporação Andina de Fomento (CAF), firmado com o Banco Central; e Requerimento nº 162/01, do senador Paulo Hartung, solicitando voto de censura à decisão do presidente dos EUA de não cumprir o Protocolo de Kyoto, entre outros itens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: destinada a homenagear o historiador Caio Prado Júnior pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento.

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 7/96,

acresce parágrafo 5º ao art. 64 da Constituição federal, com o seguinte teor: Art. 64, parágrafo 5º: "Terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferiram nas relações federativas"; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, modifica o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a obrigação de renunciar seis meses antes do pleito os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos, quando concorrem à reeleição; PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; e PDL nº 47/99, que dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos; e quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, modifica o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição, que dispõe sobre a obrigação de renunciar seis meses antes do pleito os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos, quando concorrem à reeleição.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 4/01, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defesa, entre outros itens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; requerimento nº 51/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando ao ministro da Fazenda, através do Banco Central, informações sobre a movimentação bancária detalhada do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio do Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros, relativos ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000; e Requerimento nº 73/01, do senador Romero Jucá, solicitando do Banco Central a relação de todos os depósitos, de qualquer espécie, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), constantes do rastreamento já realizado nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio do Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira; entre outros itens.

2ª Parte: audiência pública com a presença da ministra Anadyr de Mendonça Rodrigues, para prestar esclarecimentos sobre a Corregedoria Geral da União, suas atribuições, meios de que dispõe para exercer suas atividades e a relação que deverá manter com o Congresso e demais órgãos aos quais a Constituição confere deveres e poderes semelhante. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento dos empresários de jogadores Reinaldo Pitta e Juan Figger. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

18h – Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Aviso nº 12/00, encaminha ao Senado cópia das Decisões nºs 8 e 9, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nos órgãos e entidades de saúde do Distrito Federal e no serviço de convênios do Ministério da Saúde (RR), entre outros itens. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O Auto da Compadecida*, de Guel Arraes. *Audatório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Arruda admite que recebeu a lista de votação secreta

Senador conta que viu como os parlamentares votaram na sessão que cassou Luiz Estevão, reconhece que agiu errado e pede desculpas

Quatro dias depois do depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) confessou ontem, em Plenário, que a funcionária relatou a verdade e que, salvo alguns equívocos, “é difícil negar veracidade ao que ela disse”. Negou, entretanto, ter solicitado à ex-diretora a lista de votação, admitindo apenas ter pedido informações sobre a possibilidade de se conhecerem os votos de uma votação secreta.

Durante o pronunciamento, o parlamentar chorou, queixou-se de estar sem dormir, pediu desculpas e disse que seus filhos não têm por que se envergonhar dele. Arruda informou que, numa conversa com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), então presidente do Senado, falando de tendências de votos na sessão que cassaria o mandato do então senador Luiz Estevão, surgiu a dúvida sobre o efetivo caráter secreto dos votos registrados no painel e sobre a possibilidade de eles serem conhecidos pelos técnicos do Prodasen.

— Saí do encontro com a incumbência de indagar sobre essa possibilidade à dra. Regina Borges — confessou o parlamentar.

O senador admitiu que realmente chamou a diretora do Prodasen a seu apartamento, mas discorda da informação de que isso ocorreu no dia 27 de junho de 2000, como ela relatou ao conselho. Ele confirmou o diálogo que ela reproduziu desse encontro, reconhecen-



Arruda se diz “mais sofrido, menos vaidoso e à inteira disposição do Senado”

do que perguntou a Regina Borges se era possível conhecer os votos de uma sessão secreta, “pois o presidente Antonio Carlos desejava essa informação”. Conforme Arruda, Regina respondeu negativamente, e ele sustentou ter conhecimento de que isso era possível.

No mesmo relato, ele afirmou que, nervosa, a ex-diretora do Prodasen lhe disse que iria verificar. No dia da votação, à tarde, ela telefonou dizendo que tinha algo para lhe entregar. O envelope com a lista da votação foi então entregue a seu assessor Domingos Lamoglia Sales Dias. De posse do envelope, Arruda foi levá-lo ao gabinete de Antonio Carlos Magalhães, que examinou voto por voto e, a pedido de Arruda, ligou para Regina Borges, para lhe agradecer. Referindo-se ao depoimento que

deu em Plenário na semana passada, negando esses fatos com base nos compromissos de sua agenda, Arruda afirmou que conversou com Antonio Carlos Magalhães “sobre a necessidade de manter o sigilo em relação ao episódio”. E reconheceu que usou as evidências de sua agenda para ocultar os fatos.

José Roberto Arruda confirmou também os encontros que teve com Regina Borges, depois que veio a público a conversa de

Antonio Carlos Magalhães com três procuradores da República. Arruda pediu desculpas aos senadores, funcionários do Senado e colegas do governo, dizendo ter servido ao Executivo em situações de natureza muito mais grave que essa. Pediu também desculpas ao Brasil, a Brasília e à imprensa, a quem chamou de “guardiã da liberdade e da verdade”.

A partir de agora, destacou o senador, ele estaria “mais sofrido, menos vaidoso e à inteira disposição do Senado”.

— Eu passo, os senhores passam, mas o Senado fica e tem de ser preservado — acrescentou o ex-líder do governo no Senado.

Arruda disse que seu gesto, além de satisfazer sua consciência, tinha “o objetivo de preservar a dignidade da Casa”.

Senador fala que minimizou significado do episódio

“Fui ingênuo, sim, minimizei as conseqüências do episódio. Eu e o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente à época.” Com essa afirmação, o senador José Roberto Arruda observou, em seu discurso, que não se tinha dado conta do real significado de violar o sigilo de uma votação secreta.

Ele disse esperar que o episódio leve a Casa a acabar com o voto secreto — “essa excrescência, origem de tudo isso”. E observou que quem tem direito ao sigilo do voto é o eleitor, que escolhe seus representantes. Os parlamentares, para Arruda, têm que votar em aberto, sem medo, para que a sociedade possa acompanhar seu desempenho e avaliar

seu trabalho.

José Roberto Arruda confessou que, mesmo quando a comissão de sindicância ouvia os funcionários envolvidos na violação do painel, ainda não se tinha dado conta da dimensão dos fatos.

— Pensava sinceramente se o sigilo do voto secreto existia mesmo, se era respeitado efetivamente nessa Casa. Tive dúvidas — observou.

O senador contou ter refletido, na ocasião, sobre a votação secreta realizada para a escolha do novo presidente do Senado, no último mês de fevereiro. Lembrou que alguns senadores teriam combinado previamente, com as respectivas lideranças, mostrar suas cédulas de

votação para o registro de um fotógrafo, que se instalaria estrategicamente na galeria do Plenário, a fim de registrar esses votos com uma teleobjetiva.

Segundo o senador Arruda, essa foi a forma encontrada pela mencionada liderança para garantir que não haveria defecções e que todos votariam num dos candidatos. Ele questionou se não é essa também uma forma de violar o sigilo do voto. E admitiu que pode ser até mais grave, porque feita antes da manifestação de vontade e por tirar, além da espontaneidade, as duas características fundamentais do voto secreto — a individualidade e o próprio sigilo.

Confissão deverá acelerar os trabalhos do Conselho de Ética

O relato do senador José Roberto Arruda sobre a sua participação na violação do painel eletrônico do Senado deve acelerar o processo de investigação do episódio pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Apesar de não emitir juízo sobre a participação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e Arruda na fraude, o presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que em cerca de 30 dias o relatório sobre o caso deverá estar pronto para votação pelo Plenário. “Houve uma confissão, o que nos poupa boa parte das investigações”, frisou Tebet.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou que a confissão pode atenuar a pena de Arruda. Tuma observou que o depoimento do ex-líder do governo ainda é necessário: “As diferenças entre o depoimento da ex-diretora do

Prodasen Regina Borges e o discurso de Arruda não são mera retórica, já que é possível que ela tenha entregue a lista com o objetivo de agradar o senador”. Arruda sustenta que apenas fez uma consulta sobre a possibilidade de se extrair uma lista do painel de votações.

Para o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), o discurso de Arruda pode pesar a seu favor. “Não posso eximi-lo de culpa, mas não posso deixar de constatar que o depoimento lhe foi favorável.” Eduardo negou que o PFL vá divulgar uma moção de apoio ao senador Antonio Carlos Magalhães, também envolvido no caso. “A questão não é partidária”, resumiu.

Presente no Plenário no momento do discurso, o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PDSB-AM), manifestou apoio a Arruda (PSDB-DF).



Para Simon, “Arruda só confessou porque não tinha como negar”



Jefferson quer punição exemplar, em nome da imagem do Senado



Na opinião de Marina Silva, “a confissão não revoga a pena”

Parlamentares fazem ressalvas quanto ao impacto do discurso

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a confissão do senador José Roberto Arruda não trouxe fatos novos e só ocorreu porque o senador não tinha saída. “Arruda só confessou porque não tinha como negar sua participação na violação do painel”, destacou Simon, afirmando ainda que o processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já é um processo de cassação. Para ele, a reação emotiva dos senadores diante do discurso de Arruda tende a amenizar-se, acomodando-se aos fatos. “Como cristão, absolvo todo mundo, mas como magistrado, aí é outra história”, ressaltou ele.

Simon afirmou que mais grave é a situação do senador Antonio Carlos Magalhães, que, segundo Arruda, também teve conhecimento da lista de votação. “Tudo se iniciou com uma conversa dele (Antonio Carlos) com os procuradores, já confirmada pelo laudo da Unicamp”, lembrou, dizendo esperar que o senador baiano também confesse que teve participação na violação do painel.

O senador Jefferson Péres (PDT-

AM) disse que o fato de Arruda ter admitido a fraude não deve evitar uma punição exemplar. “Todo senador que cometer um delito, chorar e se disser arrependido estará livre?”, questionou. Jefferson lembrou que, semana passada, Arruda fez um discurso desqualificando o depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges. Mesmo sem adiantar uma posição sobre o assunto, o senador ponderou que o caso é passível de cassação. “Se não punirmos severamente, o povo não terá mais qualquer respeito por esta Casa”, frisou.

A versão de Arruda de que Regina Borges teria agido por conta própria não teve acolhida junto à senadora Marina Silva (PT-AC). Ainda que isso seja verdade, sustentou ela, “a confissão não revoga a pena”. Paulo Hartung (PPS-ES) declarou que o discurso de Arruda trouxe aspectos positivos para o Senado e também para o próprio Arruda: “O discurso trouxe um fato positivo, que foi termos avançado no processo, mas falta o Senado fixar a pena para os envolvidos”.

Assessor de Arruda confirma versão de Regina Borges

Domingos Lamoglia atesta a veracidade do relato da ex-diretora do Prodasen sobre a violação do sigilo da sessão que cassou Luiz Estevão. Ele admite ter recebido o envelope com a lista de votação mas diz que ignorava o seu conteúdo

O assessor legislativo Domingos Lamoglia Sales Dias, que trabalha com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), confirmou ontem, em depoimento ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), todas as declarações feitas na semana passada por Regina Célia Borges, ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodase), a respeito da violação do painel de votações do Senado.

O depoimento foi fechado, mas logo após o senador Romeu Tuma fez um relato à imprensa. Segundo o corregedor, Domingos Lamoglia disse que desconhecia o conteúdo do envelope recebido da ex-diretora e só ficou sabendo do que se tratava quando o assunto "lista de votações" começou a sair nos jornais e revistas.

Questionado pelo corregedor se de fato havia tranquilizado Regina Borges, mesmo sem conhecer o conteúdo do envelope, o assessor confirmou e disse que o fez porque a ex-diretora do Prodasen estava muito nervosa.

Interrogado sobre por que assinou nota à imprensa, na última semana, sustentando que nunca havia recebido envelope algum da ex-diretora, o assessor legislativo afirmou que procedeu assim "em lealdade" ao senador Arruda, relatou à imprensa o corregedor do Senado.

Lamoglia é um dos que deverão depor hoje no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

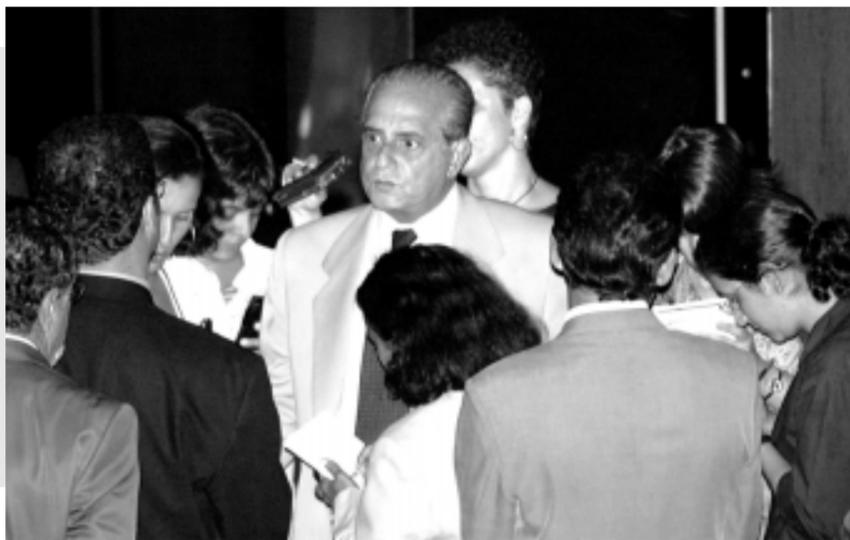
O senador Tuma também ouviu ontem o depoimento de Nilson Rebelo, que foi assessor do ex-senador Luiz Estevão. Ele confirmou que soube, por jornalis-

tas, na véspera da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão, da possibilidade de fraude no painel de votações.

Declarou ter levado o assunto ao então senador, que fez a seguir um pedido ao líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), para que a votação fosse realizada em cédulas, e não nos computadores que abastecem o painel. O pedido foi recusado. Conforme o corregedor, Nilson Rebelo garante que nunca mais voltou a tratar do assunto.



O corregedor do Senado, Romeu Tuma, após ouvir ontem Domingos Lamoglia e Nilson Rebelo, ex-assessor de Luiz Estevão



O senador Ramez Tebet é o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho de Ética ouve mais cinco testemunhas em sessão aberta

Três funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodase), um assessor do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e um funcionário da empresa Panavideo serão ouvidos hoje, às 17h, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre o caso da violação do painel de votações secretas do Senado. Fora o empregado da Panavideo, Sebastião Gazola, todos eles sabiam da violação do painel ou contribuíram para que ela ocorresse, conforme a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges.

Os depoimentos foram confir-

mados pelo presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Os funcionários são Ivar Alves Ferreira, marido da ex-diretora do Prodasen; Heitor Ledur, que operava os computadores do painel, e Hermilo Gomes da Nóbrega, também do Prodasen e responsável pelos computadores. O quarto depoimento é de Domingos Lamoglia Dias, assessor de José Roberto Arruda e que teria recebido da ex-diretora Regina Borges a lista com os votos dados na sessão secreta que cassou o mandato do senador Luiz Estevão, em 28 de junho do ano passado.

Os depoimentos serão tomados em sessão aberta, podendo ser transmitidos por emissoras de rádio e de televisão. O Conselho de Ética foi acionado para apurar se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu o decoro parlamentar em conversa com três procuradores da República, no início de fevereiro. Conforme a revista *IstoÉ*, Antonio Carlos teria afirmado, no encontro, possuir a lista com os votos da sessão secreta que cassou Luiz Estevão. A existência da lista foi confirmada pela ex-diretora Regina Célia Borges e pelo senador José Roberto Arruda.

Cabral opta por permanecer em silêncio sobre o assunto

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) desmentiu o teor de declarações a ele atribuídas e publicadas na imprensa sobre a violação do sigilo de votação dos senadores, no episódio da cassação do senador Luiz Estevão.

— Desde o início das



Cabral aguarda a divulgação oficial da lista de votantes

investigações, não deu nenhuma entrevista a qualquer órgão de imprensa sobre o assunto — afirmou o parlamentar.

O senador disse que continuará a manter silêncio sobre o tema até que seja divulgada a lista dos votantes, de maneira oficial.

Jader Barbalho anuncia entrega de declarações de renda da mulher

O presidente do Senado, Jader Barbalho, vai entregar à imprensa cópia das declarações de renda de sua mulher, Márcia Cristina Zaluth Centeno, a partir de 1989, ano em que a empresa dela passou a receber recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Márcia recebeu notificação para depor sobre as denúncias de que teria recebido recursos do órgão para implantar um ranário — ainda não totalmente instalado. O senador destacou ter certeza de que o episódio será totalmente esclarecido.



Jader vê "pirotecnia" em denúncias contra sua mulher

As acusações de irregularidades contra Márcia são, para Jader, "pirotecnia". Segundo ele, a notificação é só um pedido de explicação.

O senador evitou emitir juízo de valor sobre o discurso no qual o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) admitiu participação na violação

do painel do Senado. "A questão é de natureza política e está entregue ao Conselho de Ética", lembrou. Para ele, Arruda deve ter considerado que seria melhor se antecipar ao depoimento que daria na próxima quinta-feira ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Luiz Otávio defende inclusão de pessoas físicas no Refis

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) pediu à Mesa que acelere a tramitação de projeto de sua autoria, apresentado no dia 29 de março, que permite o ingresso de pessoas físicas no Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Ele argumen-



Luiz Otávio acredita que o governo também será beneficiado com seu projeto

tou que sua proposta destina-se a possibilitar que o cidadão comum também tenha seus débitos fiscais consolidados mediante o comprometimento de um percentual fixo de seus rendimentos mensais.

Um dos artigos do projeto apresentado por Luiz Otávio determina que o ingresso no Refis de pessoa física permitirá a consolidação e parcelamento dos débitos relativos ao Imposto de Renda e às contribuições previdenciárias, com vencimento até a data da publicação da lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Conforme o senador, caso seja aceita, sua proposta permitirá que trabalhadores como empregados domésticos, motoristas, seguran-

ças e vigilantes, que não têm sua situação regularizada junto ao INSS, possam requerer suas aposentadorias. "Os maiores beneficiários serão os empregados contratados por pessoa física que ao longo dos anos não tiveram a situação legalizada e

estão hoje impedidos de se aposentar", comentou Luiz Otávio.

O governo também será beneficiado, na opinião de Luiz Otávio, já que poderá receber recursos que não receberia sem a mudança na legislação.

HOMENAGEM

Em seu pronunciamento, Luiz Otávio também registrou o 15º aniversário da morte de Romulo Maiorana, fundador das Organizações Romulo Maiorana. "Sua ausência ainda enche de saudades os que com ele travaram relações pessoais e os que o tiveram sempre como amigo e companheiro fiel", afirmou. Ele pediu à Mesa que encaminhe proposta de homenagem ao ex-empresário do ramo das comunicações no Pará.

Eduardo propõe comissão de defesa do consumidor

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) voltou a defender ontem a criação de uma Comissão Permanente de Defesa do Consumidor no Senado. "Chegou a hora de o Senado ficar mais perto do dia-a-dia do cidadão comum", afirmou. Ele já apresentou projeto de resolução nesse sentido e pediu a ajuda dos demais senadores para a sua rápida aprovação.

Eduardo elogiou matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na última sexta-feira, em que é divulgada pesquisa constatando o baixo interesse do consumidor brasileiro no quesito preço quando escolhe uma loja para comprar. Segundo o senador, a matéria também revela a briga existente



Eduardo Siqueira Campos quer o Senado "mais perto do dia-a-dia do cidadão comum"

entre as indústrias e as grandes redes de supermercados, porque alguns fabricantes estão colocando nos rótulos dos produtos um preço sugerido, a exemplo do que se faz nos Estados Unidos. Eduardo relatou que, conforme a reportagem,

as redes Carrefour e Pão de Açúcar estão ameaçando devolver produtos que tenham preço sugerido, como querem fazer ou já fazem indústrias do porte da Parmalat, Quaker e Bauducco. "Essa briga pode trazer vantagens ao consumidor", assinalou.

Eduardo anunciou que pensa na possibilidade de apresentar projeto de lei obrigando a indústria a colocar preço sugerido nos rótulos dos seus produtos.

Valadares rejeita extinção da Sudene e da Sudam

Senador afirma que denúncias de corrupção não justificam fim das superintendências de desenvolvimento regional

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu em Plenário, ontem, a manutenção das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) como órgãos de fomento. Para o parlamentar, as denúncias de corrupção nas duas superintendências não justificam o projeto de extinção.

Valadares lembrou a importância da Sudene para a região Nordeste, destacando sua atuação nas áreas de capacitação técnica e organizacional, informação e documentação, política e programação, e na execução e coordenação de obras e serviços.

A superintendência é responsável por programas de desenvolvi-



Para Valadares, o que está em jogo é a existência ou não de um projeto de desenvolvimento abrangente

mento do turismo, de apoio ao pequeno produtor rural, de combate aos efeitos da seca, de mestrado profissionalizante em gestão públi-

ca, de desenvolvimento local sustentável e pelo Fundo de Investimento do Nordeste (Finor). Segundo o senador, cerca de 30% do ICMS recolhido na região provém de empreendimentos financiados pelo Finor.

O que está em jogo na questão da extinção da Sudene, na opinião de Valadares, é a existência ou não de um projeto de desenvolvimento abrangente, integrado e regionalmente diversificado para o país. Ele afirmou que "não se pode transigir com a corrupção, sobretudo quando abocanha recursos que deveriam beneficiar a população pobre", acrescentando que é necessário fazer os órgãos públicos funcionarem com honestidade e eficácia.

Nabor elogia atuação de presidente do Basa e destaca investimentos no Acre

Ao elogiar em Plenário ontem a atuação de Flora Valladares Coelho na presidência do Banco da Amazônia (Basa), o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) divulgou relatório que salienta o fortalecimento da instituição e o crescimento de investimentos no estado do Acre.

Nabor disse que Flora Coelho enfrentou, com grandes méritos, o desafio de sanear o Banco da Amazônia, a pedido do ministro da Fazenda, Pedro Malan. O senador lembrou que ela foi também diretora

do extinto Banco do Estado do Acre e secretária da Fazenda do governo do Acre, além de interventora no Banco do Estado de Roraima.

Ao ler o relatório enviado a ele por Flora Coelho, Nabor destacou a recuperação do Basa e salientou que o montante de investimentos no estado do Acre, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), registra um crescimento de 51,9% e representa a injeção de R\$ 27,56 milhões na economia local.

De acordo com o senador, a maior parte dos recursos foi direcionada para a área rural, beneficiando principalmente a agricultura familiar e os pequenos produtores e extrativistas, inclusive indígenas. Na área industrial, foi liberado R\$ 1,69 milhão, permitindo a implementação de 11 novas indústrias no Acre.

Nabor destacou a liderança do Basa em seu estado e afirmou que os setores de comércio e prestação de serviços também terão acesso ao FNO, absorvendo 10% dos recursos.

Orçamento para povos indígenas não é cumprido, aponta Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou um estudo sobre os investimentos em políticas públicas para povos indígenas com base no Orçamento da União de 2000. Segundo ele, do total de R\$ 190 milhões previstos, grande parte não foi aplicada nos programas definidos na lei orçamentária.

De acordo com o estudo apresentado, 43% dos recursos destinados ao setor foram gastos com pessoal e manutenção da Fundação Nacional do Índio (Funai). O restante (R\$ 107 milhões) deveria ser gasto com programas que podem ser divididos em dois grupos, observou: o *Território e Cultura*, que objetiva a demarcação de terras e a proteção do patrimônio cultural indígena,

e o *Etnodesenvolvimento*, que engloba ações de saúde, educação e auto-sustentação econômica das comunidades.

Do total de recursos destinados ao Programa *Território e Cultura* para o ano 2000, Mozarildo revelou que apenas 22% haviam sido gastos até meados de setembro do ano passado. No que diz respeito à demarcação de terras, só 8,3% dos recursos previstos foram investidos.

— Além disso, o orçamento para o item *Terras Indígenas*, de pouco mais de R\$ 14 milhões, é inferior à



Conforme Mozarildo, grande parte dos recursos não foi aplicada

média de 1995 a 1999, que foi de R\$ 19,7 milhões — declarou.

Mozarildo destacou que as ações públicas destinadas à construção de alternativas econômicas para os povos indígenas ficam a cargo da Funai e de organizações não-governamentais (ONGs).

— Com o Estado orientado para a redução de seu tamanho e tendo de reconhecer a emergência das ONGs, parece natural que órgãos como a Funai sejam alvo de certo esvaziamento político e orçamentário — concluiu o senador.

CE examina criação do Prêmio João Calmon

Proposta de José Roberto Arruda é agradecer prefeito que garanta o acesso e a permanência na escola de toda criança residente no município

O prefeito que garantir o acesso e a permanência na escola de toda criança residente no município com idade entre sete e 14 anos, por meio da concessão da Bolsa-Escola, será agraciado com o Prêmio João Calmon. É o que estabelece projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que deve ser votado hoje pela Comissão de Educação, em reunião marcada para as 11h30.

De acordo com a proposta, caberá ao Senado conferir a premiação, e à Comissão de Educação, com a colaboração do Ministério da Educação, aferir anualmente a lista de



Calmon foi responsável pela vinculação de verbas para a educação

prefeituras que receberão o "Prêmio João Calmon". A matéria será relatada, favoravelmente, pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). Na justificativa da proposta, o autor esclarece que o senador João Calmon, já falecido, foi o grande responsável pela vinculação constitucional de verbas destinadas à educação.

Com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), também será apreciado projeto da Câmara que tem por finalidade incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio. A proposta modifica a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação.

Para o relator, a matéria está em sintonia com a LDB, que, segundo ele, em seu artigo 35 propõe que "o ensino médio assegure aos alunos a compreensão da relação existente entre o saber, historicamente construído e criticamente apreendido, e o processo produtivo, entre o conhecimento e a produção". De acordo com Álvaro Dias, a inclusão das novas disciplinas contribuirá para dar essa percepção aos alunos.

A comissão votará também projeto de lei da Câmara dos Deputados que dá ao aeroporto de Uberlândia (MG) o nome de Aeroporto Tenente-Coronel-Aviador César Bombonato e projetos de decreto legislativo que renovam ou concedem permissão para funcionamento de diversas emissoras de rádio.

Mauro defende política urbana de longo prazo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez ontem um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para a imediata criação de uma política urbana de longo prazo que garanta a melhoria progressiva da qualidade de vida nas cidades. Ele lembrou que 78% da população reside em áreas urbanas, habitando em número expressivo de favelas, palafitas, invasões e mocambos, em condições desumanas.

Segundo Mauro, os senadores estão diante de uma oportunidade importante de dar sua contribuição para melhorar esse quadro, ao examinar e votar o Estatuto das Cidades, projeto de iniciativa do Senado, aprovado na Câmara em forma de substitutivo, que voltou à

Casa e está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAE). O senador por Goiás afirmou que esta será a ocasião para a Casa discutir as diretrizes gerais de uma política urbana ampla, que trate da função social das cidades, de seus planos diretores e do desenvolvimento urbano.

— Precisamos esca-

par da armadilha em que a boa gestão urbanística se perde diante da pressão de suas periferias, da péssima qualidade habitacional, altos índices de insegurança e crimi-



Mauro Miranda quer debate em torno do Estatuto das Cidades

nalidade — disse.

Mauro explicou que uma verdadeira reforma urbana precisa dar condições para as cidades crescerem com harmonia e com adensamento adequado.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse estar nas mãos do Senado aprovar o Estatuto das Cida-

des, que pode dar às cidades brasileiras uma face mais humana. Em São Paulo já são 1.500 favelas, no Rio de Janeiro, quase mil, observou.

de matrículas nos diversos cursos de graduação no país, em 1998, 8% foram feitas no Centro-Oeste e 55% no Sudeste, acrescentou, assinalando que essa desproporção repete-se nas matrículas de pós-graduação.

— Enquanto o Centro-Oeste ostenta a irrisória taxa de 1,2% de alunos com o título de doutor, o Sudeste alcança a marca de quase 90% — afirmou.



Carlos Patrocínio vê anomalia no critério atual

Patrocínio pede equilíbrio na distribuição de verbas para pesquisa

O país deve reduzir as desigualdades regionais no campo da ciência mediante uma distribuição mais igualitária dos recursos, defendeu ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Na sua opinião, a política que favorece a concessão de recursos para uns poucos deve ser definitivamente descartada e o sistema de fundações e fundos estaduais de amparo à pesquisa, fortalecido.

A distribuição dos recursos federais para a área científica segue critérios estabelecidos pela contri-

buição regional ao Produto Interno Bruto (PIB) do país, segundo o senador, anomalia que o próprio Ministério da Educação estaria reconhecendo ao informar que a Região Sudeste absorve o maior volume de verbas.

Dados do ministério citados por Patrocínio dão conta de que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que já reúnem 11 universidades públicas, possuem 42 das 72 universidades particulares. Além disso, dentre as quase 3 milhões

Curta-metragem é o tema do "Entrevista" na TV Senado

O curta-metragem brasileiro é o assunto do programa *Entrevista* que a TV Senado exibe hoje, às 7h30 e às 9h30. O cineasta e produtor cinematográfico René Sampaio fala do Festival de Curtas que ocorre esta semana em Brasília, com patrocínio da Fundação Cultural do Distrito Federal e da rede americana de cinemas Cinemark. René diz que ainda são poucas as salas de cinema dispostas a exibir filmes brasileiros, o que dificulta até mesmo a captação de recursos junto às empresas.

Está prevista para as 10h a transmissão, ao vivo, da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em que será votada, entre outros itens, a indicação de Fernando de Magalhães Furlan para o cargo de procurador-geral do

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Logo em seguida, a TV Senado exibe a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), também convocada para a manhã de hoje, cuja pauta prevê, entre outros itens, a discussão e votação do projeto que propõe a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.

Depois da sessão plenária das 14h30, a TV Senado transmite, às 18h30, a reunião do Conselho de Ética. Os senadores ouvem nesta terça-feira os três técnicos do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) apontados como envolvidos na violação do painel eletrônico na sessão plenária do Senado que cassou o mandato do senador Luiz Estevão.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O prof. Jaime Giolo, vice-reitor da Universidade de Passo Fundo/RS, e a professora Tania Rösing falam sobre a 9ª Jornada Nacional de Literatura
7h30 — *Entrevista* — O cineasta René Sampaio fala sobre o curta-metragem brasileiro
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip* — Feridas que não cicatrizam

9h — *As Cores do Brasil* — Brasília
9h30 — *Entrevista* — A dep. Esther Grossi fala sobre a educação de adultos
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Conselho de Ética (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia — 1ª edição
21h30 — CPI do Futebol (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado
Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

PEC incentiva produção de lâmpadas mais econômicas

Com o objetivo de amenizar os efeitos da crise do setor energético que vem atingindo o Brasil, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede, pelo prazo de 15 anos, imunidade tributária às indústrias de lâmpadas de sódio e fluorescentes, e também aos fabricantes dos insumos necessários à sua produção. Ele destacou que o problema é tão grave que o próprio governo já levanta a possibilidade de racionamento de energia.

— O problema é antigo e tem raízes profundas. O retorno à normalidade não se dará do dia para a noite, pois o volume de investimentos necessários à modernização do sistema energético é grande e a implementação dos projetos é lenta — afirmou, ressaltando que na impossibilidade de aumentar, no curto prazo, a produção de energia, o país deverá optar pela redução da demanda.

Ademir Andrade destacou a vantagem da utilização das lâmpadas de sódio e fluorescentes sobre as incandescentes (lâmpadas comuns), lembrando que as fluorescentes economizam até 80% de energia, se comparadas às incandescentes, além de durarem até dez vezes mais.



Autor da PEC, Ademir Andrade lembra que as fluorescentes economizam até 80% de energia

O preço maior, na opinião do senador, faz com que os consumidores deixem de optar pelas lâmpadas de sódio e fluorescentes. Ademir Andrade ressaltou que muitas companhias elétricas já vêm incentivando seus usuários a trocar as lâmpadas comuns por fluorescentes.

Como a PEC precisa ser aprovada em duas votações, por dois terços dos parlamentares, Ademir sugeriu que o presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de uma medida provisória, antecipe a isenção na fabricação de lâmpadas de sódio e fluorescentes. Ele também propôs que o governo federal reserve parte dos seus gastos com publicidade para financiar uma campanha, incentivando a população a utilizar as lâmpadas que economizam energia.

Álvaro aplaude iniciativa popular contra venda da Copel

Contrário à privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que pesquisas de opinião pública indicam que 90% da população do seu estado também se opõem à venda da estatal. O parlamentar anunciou que foi iniciada ontem, em Curitiba, campanha de coleta de assinaturas para enviar à Assembléia Legislativa do Paraná projeto de iniciativa popular que retira a autorização de venda da Copel.

Em carta enviada ao presidente da empresa, Ingo Henrique Hubert, o parlamentar procura saber quais as medidas que vêm sendo tomadas para a alienação das ações da Copel e qual a entidade encarregada de preparar o leilão. De acordo com Álvaro Dias, o seu objetivo é comprovar que a empresa é lucrativa e eficiente.

O senador manifestou o desejo de que não ocorra no Paraná o que



Álvaro Dias acha que vai ser fácil atingir 63 mil assinaturas para envio do projeto à Assembléia

aconteceu na Califórnia, onde, depois da privatização do setor de energia elétrica, começaram a ocorrer apagões frequentes. No caso de uma empresa estratégica como é a Copel, entende o parlamentar, a desestatização não deve ser imposta à população.

— É necessário que a sociedade seja consultada — afirmou Álvaro Dias, para quem vai ser fácil atingir as 63 mil assinaturas necessárias à apresentação do projeto de iniciativa popular.

CI analisa criação de agências reguladoras dos transportes

Projeto do Executivo que reestrutura o setor tem parecer favorável de Nabor Júnior e será apreciado na reunião prevista para as 10h

A reestruturação do setor federal de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, proposta pelo Executivo, será examinada hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A matéria tem como relator o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e prevê a criação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dinfra).

Além de garantir a continuidade da desestatização da infra-estrutura de transporte, esse projeto pretende capacitar o Estado a atuar como agente regulador do setor. Caberá ao Dinfra, órgão que vai substituir o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), a ser extinto, implementar a política nacional de transportes, supervisionar e fiscalizar as atividades de entidades delegatárias



Relatado por Nabor Júnior, o projeto garante continuidade da privatização no setor

de obras e serviços de infra-estrutura. Na justificativa do projeto, o governo federal declara sua intenção de imprimir maior impulso ao desenvolvimento nas áreas de rodovias, portos, hidrovias e ferrovias.

A CI também deve discutir projeto do senador licenciado José Jorge (PFL-PE), atual ministro de Minas e Energia, alterando a lei

que disciplina concessões de serviços públicos de energia elétrica. A medida estende a todas as fontes alternativas de energia os benefícios concedidos às pequenas centrais hidrelétricas. Hoje, essas geradoras têm redução de 50% no valor do pedágio de transmissão e distribuição de eletricidade e podem comercializar energia com consumidores com carga igual ou acima de 500 quilowatts.

A exemplo do senador Paulo Souto (PFL-BA), que apresentou parecer favorável ao projeto de José Jorge, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) também defende a aprovação de projeto da Câmara que dispõe sobre a veiculação de mensagens educativas dirigidas aos consumidores no verso das contas de energia elétrica. Na oportunidade, a CI deverá pronunciar-se sobre a realização de seminário sobre o setor energético nacional em conjunto com a Federação Nacional dos Engenheiros.

CAE examina empréstimo do Bird para ajuste do setor público federal

Na reunião de hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado analisa relatório do senador José Agripino (PFL-RN) favorável a autorização solicitada pelo governo federal para contratar financiamento externo de US\$ 757,6 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), como parte do Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público.

Segundo a mensagem presidencial encaminhada ao Senado, os recursos serão utilizados em reformas estruturais nas áreas fiscal, administrativa e financeira, de modo a fortalecer o balanço de pagamentos e ampliar o nível das reservas internacionais, garantindo, assim, a solvência das contas externas no médio e longo prazos.

A CAE também aprecia a proposta do Executivo que altera normas sobre cadastro, tributação e registro de imóveis rurais. A matéria, que já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na

última semana e tramita em regime de urgência constitucional, busca coibir a grilagem de terras públicas. O relator na CAE é o senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Osmar Dias também relata o projeto de lei que institui a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, de autoria da comissão temporária que estudou propostas para o vale do Rio São Francisco. Favorável à proposta, o relator apresentou substitutivo.

Os membros da comissão também devem manifestar-se acerca do projeto que obriga as instituições financeiras federais de atuação regional a divulgar a cada seis meses, pela Internet, seus balanços. De autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), a medida, que tramita na CAE em caráter terminativo, aplica-se aos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. O relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), é favorável à proposta.

O último item da pauta da CAE, presidida pelo senador



José Agripino é o relator da mensagem do governo solicitando autorização para o empréstimo

Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é a mensagem presidencial que indica o advogado Fernando de Magalhães Furlan para o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. O relator é o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

CRE examina voto de censura a Bush por não cumprir Protocolo de Kyoto

Além do requerimento de Paulo Hartung, comissão deve votar moção de Jefferson Péres manifestando protesto pela decisão americana de não endossar restrições à emissão de dióxido de carbono

Requerimento que pede um voto de censura à decisão do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de não cumprir o Protocolo de Kyoto, que trata da proteção ao meio ambiente, será apreciado na tarde de hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta, de autoria do senador Paulo Hartung (PPS-ES), é relatada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Ao justificar o requerimento, Hartung afirmou que a posição dos EUA de se negarem a implementar as medidas para prote-

ção ao meio ambiente sob o argumento de que as obrigações definidas no ato internacional trariam prejuízo à economia norte-americana "demonstra profundo descaso com o futuro da vida no planeta".

Na mesma reunião, a CRE examinará moção apresentada pelo senador Jefferson

Péres (PDT-AM) na qual ele manifesta ao governo norte-americano "a preocupação e o protes-



Hartung vê "descaso com o futuro da vida no planeta"

to" diante da determinação do presidente Bush de não endossar a regulamentação das normas para a emissão de dióxido de carbono na atmosfera, contidas no Protocolo de Kyoto. Essa matéria também tem como relator o senador Bernardo Cabral.

A CRE deverá discutir e votar ainda duas mensagens do Executivo indicando o ministro de primeira classe Cyro Gabriel do Espírito Santo para

embaixador na Jamaica e seu colega Rubem Amaral Júnior para o mesmo cargo, na Iugoslávia. As matérias serão relatadas, respectivamente, pelos senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Tião Viana (PT-AC) e apreciadas em reunião secreta.

Faz parte também da pauta da CRE projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações da Corporação Andina de Fomento (CAF), firmado com o Banco Central. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Iris critica ação de grupos econômicos estrangeiros

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) denunciou ontem a ação de grupos estrangeiros que estariam influenciando o governo brasileiro a tomar decisões contrárias aos interesses do país. Iris disse que, em relação ao amianto, por exemplo, uma multinacional detentora da patente de uma versão



Iris: "O que realmente querem é impedir a concorrência"

sintética do produto conseguiu convencer "até o ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápia, de que o amianto brasileiro é cancerígeno como o produzido nos Estados Unidos".

Iris garantiu que o amianto produzido pela empresa Minas-Sul não é cancerígeno, tendo esse fato sido cabalmente provado por meio de análises realizadas pela Universidade de Campinas (Unicamp), depois de extensas investigações. "Será que estão duvidando da lisura dos laudos da Unicamp?", perguntou.

CORREDOR FLUVIAL

O senador por Goiás citou um segundo caso de ação de grupos estrangeiros que, a pretexto de defender as nações indígenas e a ecologia, estão combatendo o projeto que unifica as bacias dos Rios Tocantins, Araguaia e das

Mortes, que possibilitará a navegação e o escoamento da produção do cerrado pelo Porto de Itaqui (MA), barateando sensivelmente seus fretes.

Para Iris, são interesses econômicos estrangeiros que estão por trás dessa campanha em defesa de peixes e índios.

— Hipócritas! Falsos! O que realmente querem é impedir que nossos produtos mais baratos façam concorrência aos seus. Eles sabem que, com escoamento garantido, surgirão muitos mais projetos agrícolas nessas bacias, para beneficiar-se de água abundante e terras férteis — afirmou.

Iris Rezende conclamou as autoridades federais e estaduais a terem coragem para tomar as decisões que interessam ao Brasil, sem ceder às pressões de campanhas de organizações estrangeiras que "não se sabe direito de onde vêm".

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que o Brasil precisa enxergar através dessas "cortinas de fumaça" para descortinar o futuro econômico que o espera. "É no interior que reside a nossa salvação", disse.

Quintanilha alerta para risco de Aids na terceira idade

A incidência de Aids entre os cidadãos da terceira idade levou o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) a fazer ontem um pronunciamento alertando para a falta de campanhas de informação sobre a doença dirigidas a essa faixa da população. Segundo o senador, o Brasil conta hoje com cerca de 14 mil pessoas com mais de 50 anos infectadas pelo vírus HIV, muitos delas já doentes.

— As campanhas oficiais são criadas e veiculadas para alertar a população jovem. É necessário que o Ministério da Saúde, que realiza um trabalho extraordinário nesse campo, amplie mais a abordagem, incluindo pessoas idosas nas propagandas — disse Quintanilha, que é presidente da Subcomissão Permanente do Idoso do Senado.

Do total de infectados pelo vírus, 3,6 mil têm idade acima de 60 anos, informou o senador. A maior incidência ocorre nas pessoas com idade entre 50 e 59 anos, que somam mais de dez mil. Quintanilha disse ter informações de que os idosos, homens e mulheres, viúvos ou divorciados estão buscando relações com pessoas mais jovens, sem tomar precauções em relação a doenças sexualmente transmissíveis.

Uma das preocupações dos grupos de amparo a doentes da Aids é a visão distorcida que em geral os idosos têm da doença. Voluntários do Arco-Íris, entidade sediada em Brasília, têm colhido declarações surpreendentes de idosos contaminados: "Na minha idade, não tem perigo, a Aids não penetra no meu organismo", dizem quase todos.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) chamou a atenção para os malefícios da falta de informação dos mais velhos sobre a Aids, especialmente porque em 20 ou 30 anos essa faixa da população será majoritária. O parlamentar observou ainda que os avanços da medicina estão permitindo a manutenção da atividade sexual até idade avançada.



Para Quintanilha, idosos têm visão distorcida sobre Aids

Carlos Wilson registra falecimento de João Monteiro

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) registrou o falecimento do jurista pernambucano João Monteiro Filho, no último dia 9, aos 74 anos, de enfarte. Ex-secretário da Justiça de Pernambuco, João Monteiro era reconhecido como uma das maiores autoridades em Direito Eleitoral, informou o senador, assinalando seu pesar.

De acordo com o senador, João Monteiro foi amigo pessoal do ex-governador Leonel Brizola, a quem se manteve leal, recusando aderir a outros partidos em diversos momentos de sua vida. Carlos Wilson acrescentou que o jurista foi fundador do PDT e que sempre pautou sua atuação "pelo discurso lúcido, distante das promessas fáceis, atrelado à realidade que conhecia tão bem".

Alcântara apóia reivindicação de farmácia-escola

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou apoio à reivindicação da Farmácia-Escola da Universidade Federal do Ceará de implantação de um núcleo tecnológico de produção e controle da qualidade de medicamentos, com a ampliação de suas instalações. Projeto nesse sentido, disse o senador, já foi encaminhado ao Ministério da Saúde.

Alcântara ressaltou que a Farmácia-Escola detém um potencial de produção e controle de qualidade de medicamentos de modo a atender à demanda da linha básica de medicamentos adquiridos pela Secretaria da Saúde do Ceará. O setor de controle de qualidade de medicamentos da instituição, informou o senador, é credenciado pelo Ministério da Saúde para a realização das análises dos medicamentos a serem distribuídos pelo SUS.

Lobão: empresários maranhenses demonstram união

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou a eleição, na sexta-feira, da nova direção da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), na qual concorreu apenas uma chapa, encabeçada pelo atual presidente, Jorge Mendes, com o apoio de todos os 21 sindicatos filiados à entidade.

Essa demonstração de união do empresariado industrial do Maranhão, ressaltou o senador, anima a luta pelo desenvolvimento da indústria local. Lobão observou que o estado tem apresentado uma das maiores taxas de crescimento médio do PIB entre os estados da Federação.

Com um PIB em 1999 de cerca de R\$ 16,1 bilhões e uma população de 5,6 milhões de habitantes, o Maranhão é hoje a quarta economia da Região Nordeste, disse Lobão.